FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Exercício Escrito - CORREÇÃO

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL – 4.º ano, Turma A

Junho 2025

Duração: 90 minutos

Grupo I

(11 valores)

i. Analise a atuação de Bárbara, dos Deputados e da Procuradora-Geral da República, descritas no n.º 2. (2 valores)

- Bárbara não tem legitimidade nos termos do artigo 281.º, n.º 2, da CRP, mas pode dirigir-se aos deputados nos termos do artigo 52.º da CRP;

- Nos termos do artigo 281.º, n.º 1, al. a), e 281.º, n.º 2, al. f), da CRP, é atribuída legitimidade a um décimo dos deputados à AR;

- À luz do disposto nos artigos 281.º, n.º 1, al. a) e 281.º, n.º 2, al. e), ambos da CRP, a Procuradora-Geral da República tinha legitimidade para requerer a a fiscalização da constitucionalidade da lei em causa.

ii. Analise a decisão do Tribunal Constitucional de não conhecer o recurso, descrita no n.º 3. (3 valores)

- Análise da decisão à luz das seguintes considerações: i. verificação ou não do esgotamento das vias de recurso; ii. normatividade da questão, uma vez que se estava a recorrer da própria decisão do tribunal *a quo* (artigos 70.º, n.º 1, al. b), 70.º, n.º 2, 75.º-A, n.º 1 e 76.º, n.º 2, todos da LOTC).

iii. Pode Micaela reagir contra a decisão do Tribunal Constitucional descrita no n.º 3? (2 valores)

- Podia haver recurso da decisão sumária de não conhecimento do recurso de constitucionalidade interposto, nos termos dos artigos 78.º-A, n.ºs 1 e 3 e 77.º, ambos da LOTC.

iv. Como aprecia as críticas dirigidas à decisão do Tribunal Constitucional referidas no n.º 4? (4 valores)

- No que toca à utilização de parâmetro diferente daquele que foi indicado no requerimento, nos termos do artigo 51.º, n.º 5, da LOTC; embora o Tribunal Constitucional esteja vinculado à apreciação da constitucionalidade das normas que lhe foi requerida (princípio do pedido), pode fazê-lo com base em normas constitucionais diversas daquelas cuja violação foi invocada (princípio *iura novit curia*);

- Em relação à não decisão acerca da ressalva dos efeitos dos casos julgados, *vide* Brízida Castro, Raquel (2022), “A eventual tangibilidade do caso julgado fundado em normas inconstitucionais sancionatórias menos favoráveis: breves notas sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022”, in Boletim da Ordem dos Advogados, n.º 35:

- A regra, por aplicação direta da CRP, da salvaguarda do caso julgado (artigo 282.º, n.º 3, 1.ª parte, da CRP) e respetiva exceção, na 2.ª parte, no que respeita a matéria sancionatória menos favorável, por decisão expressa do TC nesse sentido;

- Discussão, à luz do princípio enunciado no artigo 29.º, n.º 4, da CRP, sobre se a revisão do caso julgado é automática e imperativa para o Tribunal Constitucional, verificados que estiverem os pressupostos do artigo 282.º, n.º 3, 2.ª parte, da CRP, e à luz do artigo 449.º, n.º 1, als. e) e f) do CPP.

Grupo II

(8 valores)

- Será avaliada a capacidade de análise crítica, integrada e estruturada dos seguintes vetores de discussão, sem prejuízo de outros relevantes (*vide* Brízida Castro, Raquel (2023), *Direito Constitucional: Ciberespaço e Tecnologia. Declínio do Constitucionalismo na UE?*, Almedina, Lisboa):

- A atuação regulatória da UE (“overdose” normativa) nas áreas digital e tecnológica, a erosão do papel tradicional das constituições e dos tribunais constitucionais na medida da *desnacionalização* da regulação

tecnológica e digital dos direitos fundamentais na UE, a correspondente expansão do direito da UE e, reflexamente, da jurisdição do TJUE;

- A consequente constitucionalização invisível da UE – apoiada pela atividade interpretativa da jurisprudência do TJUE – que prescinde dos modelos e parâmetros constitucionais nacionais e leva ao afastamento da regulação do ponto democrático nacional, gerando perdas significativas de intervenção do legislador democrático nas limitações de direitos fundamentais;

- O conceito de normatividade digital, as relações entre os sistemas tecnológico e digital e o sistema jurídico e a erosão jurídico-constitucional de institutos “vitais” dos Estados de Direito Democráticos;

- Enumeração de soluções regulatórias concretas presentes nos Regulamentos Inteligência Artificial e Serviços Digitais e respetiva discussão acerca da (in)compatibilidade constitucional, à luz da CRP.

Ponderação: 1 valor